

Processo Seletivo para provimento das Vagas de Estagiários de Graduação e de Pós-graduação em Direito da Defensoria Pública do Estado de Goiás

ESTAGIÁRIA/O DE GRADUAÇÃO

CADERNO DE QUESTÕES

10/03/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Direito	11 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

No bater de suas asas, uma borboleta faz um furacão.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

PROCESSO SELETIVO

Leia o Texto 1 para responder às questões 01 e 02.

Texto 1

Brasil pode ser “campeão global” no acolhimento de refugiados

Segundo o representante da Agência da ONU para Refugiados no Brasil, Davide Torzilli, o retrato desta população é composto por cerca de 560 mil venezuelanos, 87 mil haitianos, 9 mil afegãos, além de pessoas de diversas outras nacionalidades. Diariamente chegam da Venezuela uma média de 400 a 450 pessoas no Brasil. Segundo Davide, esse fluxo voltou a crescer depois de uma pausa pela pandemia e as pessoas que chegam “têm um perfil mais vulnerável e estão colocando uma pressão importante na resposta humanitária no norte do país.”

O especialista afirmou que a ONU também está olhando com muita preocupação a situação no Haiti, devido à violência de gangues e violações de direitos humanos que podem resultar em um fluxo desta população para o Brasil no futuro. Para Torzilli, a legislação brasileira pode ser considerada “generosa” e “avançada” por permitir uma ampla oferta de serviços e oportunidade de trabalho para refugiados e solicitantes de asilo.

Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/257539-brasil-pode-ser-%E2%80%9Ccampe%C3%A3o-global%E2%80%9D-no-acolhimento-de-refugiados>>. acesso em 12 fev. de 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O uso de citações entre aspas no texto

- (A) indica o afastamento ideológico da opinião do autor do texto em relação à opinião do entrevistado.
- (B) sugere o posicionamento questionável do autor, como é o caso da expressão “campeão global” citada no título.
- (C) aponta a ironia na escrita do texto na medida em que destaca adjetivos no segundo parágrafo do texto.
- (D) assegura a isenção do texto ao transcrever literalmente o que o entrevistado disse.

QUESTÃO 02

A palavra “gangues”, presente no texto, é um estrangeirismo, e foi incorporada à língua portuguesa como um substantivo feminino. Tal classificação gramatical também ocorre com a palavra

- (A) chique.
- (B) fac-símile.
- (C) gringa.
- (D) vodca.

Leia o Texto 2 para responder às questões 03 e 04.

Texto 2

Linguagem Simples na Prática Jurídica

Promovendo Acesso à Justiça e Transparência

Phelippe Bigarella

A linguagem simples tem se mostrado cada vez mais importante no contexto da prática jurídica, especialmente em um mundo onde a comunicação rápida e eficiente é cada vez mais valorizada. A adoção de uma linguagem simples pode facilitar o acesso à justiça, tornando o sistema mais acessível a uma ampla gama de pessoas. A linguagem jurídica é caracterizada por termos técnicos, palavras em latim e frases longas e complexas que podem ser difíceis de entender para pessoas que não são familiarizadas com o jargão legal. O resultado é um sistema jurídico que pode ser intimidante e confuso para muitos. Isso pode levar a uma falta de compreensão e confiança na justiça, além de dificultar a resolução de conflitos e a obtenção de direitos.

No entanto, o uso de uma linguagem simples e acessível pode ajudar a superar esses obstáculos. A linguagem simples pode tornar o processo jurídico mais transparente e compreensível, permitindo que as pessoas entendam melhor seus direitos e obrigações legais. Além disso, a linguagem simples pode ajudar a promover a igualdade de acesso à justiça, especialmente para aqueles que não têm recursos para contratar um advogado. De fato, existem várias iniciativas que visam promover o uso da linguagem simples na prática jurídica. Por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançou em 2020 uma cartilha que orienta advogados e juristas a utilizarem uma linguagem simples e acessível em suas petições, contratos e demais documentos legais. A iniciativa busca tornar a justiça mais democrática e transparente, tornando-a mais acessível às pessoas.

Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/linguagem-simples-na-pratica-juridica/1803473285>>. Acesso em: 12 fev. de 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 03

O conectivo “no entanto”, que abre o segundo parágrafo do texto, indica a contraposição à ideia apresentada no primeiro parágrafo de que

- (A) a linguagem simples pode facilitar o acesso mais amplo à justiça.
- (B) a especificidade da linguagem jurídica é caracterizada pelo uso de termos técnicos em latim.
- (C) a complexidade da linguagem jurídica dificulta a compreensão e gera desconfiança no sistema judiciário.
- (D) a linguagem simples tem sido cada vez mais importante na prática jurídica.

QUESTÃO 04

Considere o trecho: “Isso pode levar a uma falta de compreensão e confiança na justiça, além de dificultar a resolução de conflitos e a obtenção de direitos.”. A palavra em destaque expressa

- (A) uma realidade, com efeito de sentido similar à palavra garante.
- (B) uma possibilidade, com efeito de sentido similar à palavra eventual.
- (C) uma exposição, com efeito de sentido à expressão passa a.
- (D) uma exigência, com efeito de sentido similar à expressão tem que.

Leia o Texto 3 para responder às questões **05** e **06**.

Texto 3

Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/novas-tirinhas-de-andre-dahmer-transformam-algoritmo-em-personagem-intrometido/>>. Acesso em: 11 fev. de 2024.

QUESTÃO 05

O personagem de André Dahmer é a personificação do algoritmo, uma ferramenta capaz de realizar a automação de tarefas, a previsão de tendências, a análise e a sugestão de conteúdos para usuários da internet. Considerando estas informações, para a construção de um efeito de sentido de humor no texto, há

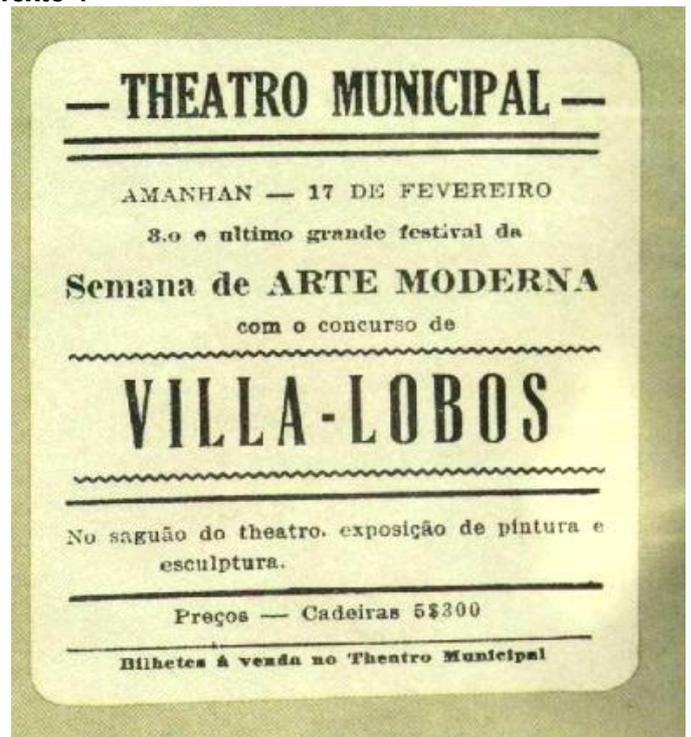
- (A) uma relação lógica entre os gostos e hábitos expressos nos dois primeiros quadrinhos e o perfil de compra da personagem secundária, que garante a certeza da aquisição do produto.
- (B) o menosprezo pelas práticas e gostos da personagem secundária, por isso a indicação de compra aparentemente absurda no terceiro quadrinho.
- (C) a exaltação da personalidade original da personagem secundária ao apresentar hábitos e possibilidades de consumo que são desconhecidos pelo grande público.
- (D) uma relação de causalidade entre os gostos e hábitos expressos no primeiro quadrinho em relação ao perfil de compra da personagem secundária no terceiro quadrinho.

QUESTÃO 06

No segundo quadrinho, o uso de vírgulas corresponde ao propósito de

- (A) enumeração.
- (B) gradação.
- (C) substituição.
- (D) omissão.

Leia o Texto 4 para responder às questões **07** e **08**.

Texto 4

Disponível em: <<https://medium.com/@fredericobarros/um-paradoxo-modernista-2b63f32a3629>>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

QUESTÃO 07

Em relação ao texto, seu objetivo predominante é o de

- (A) informar sobre o evento.
- (B) relatar o evento.
- (C) apresentar o responsável pelo evento.
- (D) persuadir a compra de ingressos para o evento.

QUESTÃO 08

Ainda em relação ao texto, é possível identificar a predominância da sequência textual de tipo

- (A) narrativa.
- (B) injuntiva.
- (C) dialogal.
- (D) descritiva.

Leia os Textos 5 e 6 para responder às questões 09 e 10.

Texto 5**Poema de sete faces**

Carlos Drummond de Andrade

Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/poema-de-sete-faces-drummond/>>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

Texto 6**Até o fim**

Chico Buarque

Quando nasci veio um anjo safado
O chato do querubim
E decretou que eu estava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim

Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/45110/>>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

QUESTÃO 09

Entre os excertos acima, há uma relação de

- (A) informatividade, tendo em vista que sem a leitura do primeiro trecho é impossível compreender o sentido do segundo.
- (B) aceitabilidade, uma vez que a semelhança formal na escolha lexical dos versos em ambos os textos sugere o pertencimento a um mesmo campo semântico.
- (C) intertextualidade, já que há uma influência tanto na forma quanto no sentido nos primeiros versos do primeiro texto em relação aos primeiros versos do segundo texto.
- (D) intencionalidade, já que há a intenção do autor do primeiro texto de fazer referência ao segundo texto.

QUESTÃO 10

Por inferência, é possível afirmar que o sentido do adjetivo “gauche”, que tem origem etimológica no francês, se aproxima da ideia de um indivíduo

- (A) avarento e mesquinho.
- (B) privilegiado e rico.
- (C) desajeitado e sem grandes talentos.
- (D) ingênuo e sonhador.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Em 2023, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) lançou a campanha "Defensoria Pública: em ação pela inclusão", cujo principal objetivo é promover a educação em direitos e servir como instrumento da luta anticapacitista e da inclusão das pessoas com deficiência. Dito isso, no que tange aos direitos das pessoas com deficiência, à luz do disposto no art. 203 da Constituição Federal de 1988, é/são garantido(s)

- (A) um salário-mínimo mensal, desde que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- (B) dois salários-mínimos mensais, desde que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- (C) um salário-mínimo mensal, ainda que não comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- (D) dois salários-mínimos mensais, ainda que não comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

QUESTÃO 12

Nos termos do que dispõe o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal do Brasil, "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial". Sobre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça acerca da inviolabilidade de domicílio, a entrada forçada da polícia em domicílio sem mandado judicial

- (A) é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito.
- (B) é lícita e configura a legalidade da prisão em flagrante realizada à noite, desde que haja notícia, ainda que anônima, de que o local é utilizado para a prática de crime permanente, como o tráfico ilícito de entorpecentes.
- (C) é ilícita quando realizada em residência qualquer, mesmo que em caso de desastre ou em que seja necessária a prestação de socorro.
- (D) é ilícita quando realizada em apartamento não habitado, fundamentada em denúncia anônima de que no local ocorre armazenamento de drogas e de armas, pois viola o princípio da inviolabilidade do domicílio.

QUESTÃO 13

Leia o caso a seguir.

A Defensoria Pública do Estado de Goiás, por meio da Carreta de Direitos, percorre todo o Estado de Goiás prestando assistência jurídica gratuita nos municípios. Na cidade de S. A. D., certa vez, J.O. procurou a Defensoria para iniciar seu processo de retificação de prenome e gênero.

Considerando as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), qual é a medida mais célere e adequada à situação apresentada?

- (A) Ação de retificação de prenome e gênero, ainda que a cirurgia de transgenitalização não tenha sido realizada.
- (B) Retificação de prenome e gênero pela via cartorária, desde que a cirurgia de transgenitalização tenha sido realizada.
- (C) Ação de retificação de prenome e gênero, desde que o tratamento hormonal ou patologizante tenha sido realizado.
- (D) Retificação de prenome e gênero pela via cartorária, ainda que a cirurgia de transgenitalização não tenha sido realizada.

QUESTÃO 14

A educação é direito humano fundamental com expressa previsão constitucional, de modo que compete

- (A) à União, Estados e Municípios, concorrentemente, legislar sobre as diretrizes e bases da educação.
- (B) aos Municípios, com cooperação técnica e financeira do Estado e da União, manter programas de educação infantil.
- (C) ao Município, privativamente, legislar sobre educação e cultura.
- (D) à União, exclusivamente, proporcionar os meios de acesso à educação e à ciência.

RASCUNHO

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Em 2022, a DPE-GO realizou diversos mutirões carcerários pelo Estado de Goiás. Em um deles, o Sr. J. foi atendido e relatou que, no ano anterior, sofreu tentativa de homicídio por parte de outros detentos. O Sr. J. afirmou que foi atacado dentro de sua cela, por pelo menos 6 detentos, que utilizando de instrumentos por eles elaborados – pedaços de madeira pontiagudos, lanças, facas improvisadas – adentraram ao local e passaram a desferir diversos golpes. Por fim, o Sr. J. relatou que o acesso à cela foi facilitado por agente estatal que entregou as chaves para que os outros detentos pudessem agredi-lo.

Diante do caso apresentado, qual é a modalidade de responsabilidade civil do Estado?

- (A) Responsabilidade civil subjetiva à luz da teoria do risco integral.
- (B) Responsabilidade civil objetiva à luz da teoria do risco administrativo.
- (C) Responsabilidade civil objetiva à luz da teoria do risco integral.
- (D) Responsabilidade civil subjetiva, à luz da teoria da culpa executiva.

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

O Núcleo de Direitos Humanos da DPE-GO recebeu inúmeros(as) candidatos(as) do Concurso Municipal para o cargo de professor, os quais relataram que a reserva de vagas para pessoas negras, prevista em lei, não estava sendo cumprida pelo edital.

Desse modo, à luz da tutela individual, a ação cabível para reverter tal quadro seria

- (A) *habeas data*.
- (B) mandado de injunção.
- (C) ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) mandado de segurança com pedido liminar.

RASCUNHO**QUESTÃO 17**

Nos termos do que entende a jurisprudência e doutrina atuais, são atributos ou características dos atos administrativos os seguintes elementos:

- (A) autoexecutoriedade, solenidade e discricionariedade.
- (B) imperatividade, autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.
- (C) presunção de legitimidade, solenidade e imperatividade.
- (D) autoexecutoriedade, discricionariedade e fé pública.

QUESTÃO 18

Em 2023, a DPE-GO instituiu o Projeto “Defensoria na Rua”, com o objetivo de oferecer orientação e assistência jurídica integral e gratuita, bem como a escuta ativa das pessoas em situação de rua, visando a garantir seus direitos, promover a inclusão social, bem como prevenir e enfrentar toda a forma de violência e tratamentos degradantes contra a referida população. Dito isso, e considerando a literalidade do art. 3º da Constituição Federal, um objetivo fundamental da República é

- (A) promover a dignidade da pessoa humana.
- (B) conservar o pluralismo político.
- (C) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) erradicar a pobreza e a marginalização

QUESTÃO 19

Os Defensores Públicos do Estado constituem órgãos de execução da Defensoria Pública do Estado, desempenhando as atribuições a eles inerentes. Considerando a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores, a capacidade postulatória do Defensor Público

- (A) depende de procuração assinada pelo titular do direito pretendido na ação.
- (B) está vinculada à autorização manifestada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (C) dispensa sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por ser decorrente de lei.
- (D) é vedada quando em favor de pessoa jurídica, pois a esta não se reconhece hipossuficiência.

QUESTÃO 20

Aos membros da Defensoria Pública são asseguradas prerrogativas indispensáveis para o cumprimento de sua função constitucional. Dentre elas, está

- (A) a dispensa da remessa dos autos com vista à Defensoria Pública, quando a intimação é realizada em audiência.
- (B) a representação da parte em feito judicial independentemente de mandato, sendo este exigido para os feitos administrativos.
- (C) o patrocínio compulsório de ação, ainda que ela seja manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob sua defesa.
- (D) o livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento.

QUESTÃO 21

Conceitualmente, tem-se que a prescrição ocorre quando se perde o direito por descumprimento (perda da pretensão) e decadência é a perda de um direito não requerido dentro do prazo legal. Nesse sentido, o Código Civil

- (A) admite expressamente a prescrição convencional.
- (B) prevê que após a sentença, a prescrição não pode ser alegada pela parte a quem aproveita.
- (C) veda a renúncia à decadência quando esta é fixada em lei.
- (D) admite que a decadência convencional pode ser suprida de ofício pelo juiz.

QUESTÃO 22

Compreende-se por negócio jurídico, o ato que tem por finalidade a aquisição, modificação ou extinção do direito. Nesse sentido, é nulo o negócio jurídico celebrado

- (A) com erro ou ignorância.
- (B) com dolo.
- (C) por meio de coação.
- (D) por meio de simulação.

QUESTÃO 23

Constituem-se como bens que entram para a comunhão e integram o patrimônio comum, aqueles adquiridos

- (A) na constância do casamento por título oneroso ou gratuito, ainda que em nome de um dos cônjuges.
- (B) por doação, herança ou legado, ainda que em favor de um dos cônjuges.
- (C) com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges durante a constância do matrimônio.
- (D) por fato eventual (jogo, aposta, rifa, loteria), com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

QUESTÃO 24

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) se propõe a disciplinar as normas jurídicas brasileiras de uma maneira geral. Corresponde à interpretação do conjunto de preceitos que regulam a vigência, a validade, a eficácia, a aplicação, a interpretação e a revogação de normas no direito brasileiro, que

- (A) a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- (B) realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes, às causas suspensivas e às formalidades da celebração.
- (C) as correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- (D) salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de publicada.

QUESTÃO 25

Compreende-se que o instituto da solidariedade tem uma grande importância não somente no direito civil, mas nos demais ramos em que se destacam as obrigações compostas pela multiplicidade de sujeitos que a integram. Nesse sentido, há solidariedade quando

- (A) presumida pelo juiz no exame dos autos.
- (B) a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetível de divisão, por sua natureza, ou por motivo de ordem econômica.
- (C) na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- (D) determinada pelo autor da ação na constatação de uma obrigação.

QUESTÃO 26

Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido

- (A) cujo autor carecer de interesse processual.
- (B) que tiver petição inicial inepta por razões que possam ensejar erro procedimental frente a razão de pedir.
- (C) cuja hipótese de prescrição for verificada.
- (D) que contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

QUESTÃO 27

A tutela de urgência é um dos dois tipos de tutela provisória previstos no Código de Processo Civil. Ela será concedida caso o juiz se convença da

- (A) verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, além de que exista prova inequívoca.
- (B) presença dos requisitos do *fumus bonis iuris* e do *periculum in mora*, além da conexão explícita à verossimilhança dos atos constitutivos.
- (C) existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo mediante cognição sumária.
- (D) existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo mediante cognição sumária, desde que o dano seja reparável.

QUESTÃO 28

Segundo o artigo 239, § 1º, do Código de Processo Civil, o comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução. A referida afirmação expressa o princípio

- (A) do contraditório e ampla defesa.
- (B) da eventualidade.
- (C) da instrumentalidade das formas.
- (D) da congruência ou adstrição.

QUESTÃO 29

Quando uma parte do processo requer que seja integrado na lide aquele que tiver, por lei ou contrato, a obrigação de indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo, tem-se caracterizada a intervenção denominada

- (A) assistência litisconsorcial.
- (B) chamamento ao processo.
- (C) assistência simples.
- (D) denunciação da lide.

QUESTÃO 30

Entende-se por competência, no âmbito do Código de Processo Civil, o resultado da análise de critérios para distribuir, entre vários órgãos, as atribuições relativas ao desempenho da jurisdição. Sobre esse tema,

- (A) a competência é determinada no momento em que o juiz despacha o recebimento da petição inicial.
- (B) a ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- (C) o acolhimento da alegação de incompetência resulta na extinção do processo, devendo a parte prejudicada, caso queira, ajuizar nova demanda.
- (D) há conflito negativo de competência quando dois ou mais juízes se declaram competentes para julgar uma demanda.

QUESTÃO 31

Se um cidadão pretende discutir, em juízo, a validade de um contrato administrativo firmado pelo Município de Goiânia, aquele deverá propor

- (A) mandado de segurança.
- (B) ação popular.
- (C) ação civil pública.
- (D) *habeas data*.

RASCUNHO

QUESTÃO 32

Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e

- (A) das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (B) de quaisquer direitos individuais e coletivos.
- (C) que pereça diante da presença do chamado “estado de coisa inconstitucional”.
- (D) que for esgotada a esfera administrativa.

QUESTÃO 33

Em conformidade com a legislação, o direito de requerer Mandado de Segurança extinguir-se-á, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado, após decorridos

- (A) 30 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 180 dias.

QUESTÃO 34

O Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) foi instituído para regular os direitos das pessoas com idade igual ou superior a

- (A) 55 anos.
- (B) 60 anos.
- (C) 65 anos.
- (D) 70 anos.

QUESTÃO 35

Acerca das disposições constantes na Lei da Ação Civil Pública - ACP (Lei nº 7.347/1985), possuem legitimidade para sua propositura:

- (A) a União e os Estados, mas não os Municípios.
- (B) o Ministério Público, que atuará quando for parte e, quando não for parte, apenas nas demandas que envolver interesses de grupos indígenas.
- (C) as Associações, desde que estejam constituídas há, pelo menos, dois anos.
- (D) a Defensoria Pública, que detém legitimidade para propor Ação Civil Pública, conforme expressa previsão legal.

QUESTÃO 36

Leia o caso a seguir.

E. L., diarista, estava trabalhando na casa de um de seus clientes (o empresário M. A.) quando recebeu uma ligação, em seu celular, informando-a de que sua filha, de 12 anos, havia sido sequestrada. Para vê-la livre, os sequestradores, na referida ligação, informaram que ela deveria entregar-lhes algo que muito lhes interessava: o tablet de M. A., que continha informações sigilosas sobre suas empresas. Atormentada pela ligação e preocupada com sua filha, E. L. recolheu o tablet da casa de seu cliente e combinou com os sequestradores a sua entrega.

Diante da situação narrada, é possível constatar que E. L.

- (A) responde pelo crime de furto circunstanciado.
- (B) responde pelo crime de furto simples.
- (C) não responde pelo crime, em razão de legítima defesa, excludente de culpabilidade.
- (D) não responde pelo crime, em razão de coação moral irresistível, excludente de culpabilidade.

QUESTÃO 37

Quando um agente quer e obtém dois resultados distintos, praticando uma única ação, tal situação caracteriza a ocorrência de

- (A) concurso formal próprio.
- (B) concurso formal impróprio.
- (C) crime continuado.
- (D) concurso material impróprio.

RASCUNHO

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

P. C., após o regular trâmite processual, foi condenado perante o Juízo da Vara Criminal de uma cidade do estado de Goiás à pena de 7 anos de reclusão, em regime fechado, na forma seguinte: I) 2 anos por delito de falsidade documental; II) 3 anos por delito de estelionato, sendo 2 anos de pena base e 1 ano pela continuação delitiva; III) 2 anos por delito de furto. De acordo com a denúncia apresentada pelo Ministério Público, os fatos foram praticados em janeiro de 2014. A sentença condenatória foi publicada em janeiro de 2015, vindo a transitar em julgado em janeiro de 2018, de acordo com a certidão cartorária. P. C., então, foi preso em julho de 2023, quando foi parado pela Polícia Militar em uma blitz. Após a prisão, a Defensoria Pública foi intimada.

À luz da situação hipotética narrada, a Defensoria Pública deverá formular requerimento de extinção da punibilidade pela

- (A) prescrição da pretensão executória em relação aos crimes de falsidade documental e furto, prosseguindo-se a execução penal no crime de estelionato.
- (B) prescrição da pretensão punitiva intercorrente.
- (C) prescrição da pretensão executória.
- (D) decadência, visto que esta se constata em razão da previsão de que o Ministério Público perde o direito de exercer a pretensão punitiva face ao indiciado.

QUESTÃO 39

Sobre o regime de cumprimento de pena, levando em consideração o disposto na legislação e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é possível que

- (A) a pena de detenção seja cumprida no regime aberto quando o sentenciado possuir domicílio na comarca em que foi proferida a sentença.
- (B) a determinação do regime inicial de cumprimento de pena independa da análise das circunstâncias judiciais.
- (C) o tempo de prisão provisória seja computado para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, salvo o tempo de internação.
- (D) a fixação de regime aberto ocorra a réus reincidentes nos casos que caracterizem insignificância.

QUESTÃO 40

Leia o caso a seguir.

L. O. aproximou-se de uma moça, chamada C. R., mostrou-lhe a arma que estava em sua cintura e disse para ela acompanhá-lo. C. R. indagou se L. O. queria ficar com seu celular, mas ele recusou. Quando estavam chegando num terreno baldio, C. R. conseguiu fugir. L. O. possui condenação anterior por estupro praticado naquele local.

Com relação aos fatos narrados, L. O. praticou

- (A) estupro tentado.
- (B) ato preparatório impunível.
- (C) importunação sexual.
- (D) constrangimento ilegal.

QUESTÃO 41

Leia o caso a seguir.

C. S., assistido da Defensoria Pública, está sendo processado criminalmente pelo crime de invasão de domicílio, porém, não foi localizado para a citação, sendo considerado revel nos autos. Visando a juntar aos autos imagens de câmeras de segurança, o defensor natural requereu produção antecipada de provas, o que veio a ser indeferido pelo magistrado.

Diante de tal decisão, ao defensor é

- (A) incabível a interposição de recurso por tratar-se de crime de menor potencial ofensivo.
- (B) cabível a interposição de recurso em sentido estrito, em cinco dias, em dobro.
- (C) cabível a interposição de apelação, em cinco dias, de modo simples, ante a revelia.
- (D) incabível recurso, pois não é possível que a Defensoria Pública atue na representação de assistido revel.

RASCUNHO

QUESTÃO 42

Em uma determinada audiência de instrução e julgamento, o magistrado iniciou as perguntas dirigindo-se à testemunha de defesa. Diante dessa situação, o Defensor Público pode

- (A) solicitar ao magistrado o cerceamento do Ministério Público de realizar perguntas às testemunhas.
- (B) requerer iniciar a inquirição, cabendo ao juiz complementá-la diante de pontos não esclarecidos.
- (C) exigir, no processo penal, que todas as perguntas às testemunhas sejam iniciadas pelo órgão de acusação.
- (D) solicitar, frente a atitude do magistrado, a hipótese de nulidade absoluta, insanável.

QUESTÃO 43

Leia o caso a seguir.

L. D. foi denunciado pela suposta prática do crime de falsidade ideológica. Após a instrução processual, sobreveio condenação da qual pretende recorrer. Da sentença, a Defensoria Pública, na assistência de L. D., interpôs apelação. Todavia, o recurso foi denegado pelo juízo, sob o argumento de intempestividade.

Diante disso, caso a Defensoria Pública pretenda dar seguimento ao recurso rejeitado, deverá

- (A) interpor recurso em sentido estrito e, caso esse recurso não seja conhecido, caberá carta testemunhável.
- (B) interpor agravo de instrumento, no prazo de cinco dias, a contar da intimação da decisão que denegou o recurso.
- (C) interpor agravo de instrumento, no prazo de dez dias, a contar da intimação da decisão que denegou o recurso.
- (D) impetrar *habeas corpus*, diante da inexistência de recurso previsto para o caso de rejeição da apelação, apontando o juiz sentenciante como autoridade coatora.

RASCUNHO**QUESTÃO 44**

O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor de um homem, pela suposta prática do crime de estelionato. Considerando as disposições do Código de Processo Penal, o juiz poderá

- (A) conceder ao Ministério Público e à defesa técnica o prazo de quinze minutos, prorrogáveis por mais dez minutos, para alegações orais.
- (B) proferir sentença oral no prazo de dez dias, quando finalizada a instrução processual.
- (C) iniciar a inquirição das testemunhas, passando a palavra, em seguida, à parte que as arrolou.
- (D) indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

QUESTÃO 45

Nos termos da Lei Maria da Penha, a conduta que visa a controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões da mulher, mediante ameaça e constrangimento, é definida como violência

- (A) moral.
- (B) emocional.
- (C) psicológica.
- (D) física.

QUESTÃO 46

De acordo com a Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas), uma das sanções possíveis para o cometimento do delito previsto no art. 28 da mesma Lei é a

- (A) prestação pecuniária.
- (B) pena restritiva de liberdade em meio fechado.
- (C) multa.
- (D) prestação de serviços à comunidade.

QUESTÃO 47

A Lei nº 11.340/2006 cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nos termos da “Lei Maria da Penha”, as medidas protetivas de urgência serão

- (A) concedidas em juízo de cognição exauriente, sendo insuficiente, por si só, a palavra da vítima. Neste caso, se o juízo verificar a inexistência de provas documentais, mas apenas a palavra da vítima, deverá rejeitar a imposição das medidas pleiteadas.
- (B) aplicadas a todos os casos de violência contra a mulher que ocorram no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, desde que demonstrada a motivação de gênero ou a condição de vulnerabilidade da vítima.
- (C) concedidas independentemente da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência, e ainda que não haja tipo penal correspondente à violência.
- (D) aplicadas enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes, salvo no caso de arquivamento do inquérito policial.

QUESTÃO 48

A Lei nº 11.343/2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Em caso de ação penal pelo crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06),

- (A) o juiz determinará o acolhimento do usuário em comunidade terapêutica acolhedora para tratamento de saúde.
- (B) havendo alteração do quadro fático no decorrer do processo, para passar a se admitir o privilégio do art. 33, §4º, da referida Lei, torna-se potencialmente cabível o acordo de não persecução penal.
- (C) caracterizando-se complementarmente o crime de associação para o tráfico de drogas, atribuir-se-á para este a natureza hedionda, a partir da compreensão trazida pela Lei “Anticrime”.
- (D) a concessão do livramento condicional para o condenado por crime de associação para o tráfico de drogas exige o cumprimento de 2/3 da pena, e a concessão da progressão de regime exige o cumprimento de 2/5 da pena.

QUESTÃO 49

O crime previsto no art. 9º da Lei de Abuso de Autoridade praticado por autoridade judiciária que decretar medida privativa de liberdade fora das hipóteses legais é

- (A) processável por ação penal pública condicionada à representação.
- (B) aplicável, também, à autoridade judicial que deixar de relaxar prisão manifestamente ilegal, dentro de prazo razoável.
- (C) adverso à aplicação das disposições legais da Lei nº 9.099/95.
- (D) apenado com reclusão de um a quatro anos ou multa.

QUESTÃO 50

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) trata sobre o direito do reeducando nas penitenciárias do Brasil, e a sua reintegração à sociedade. Pertinente à norma, são órgãos de execução penal:

- (A) o Ministério Público e a Defensoria Pública.
- (B) o Conselho Penitenciário e a Câmara Municipal.
- (C) a Defensoria Pública e o Conselho Comunitário de Apenados.
- (D) o Patronato e o Conselho de Políticas Públicas.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Considere os textos e o caso prático a seguir.

Texto A

“Por isso mesmo, tradicionalmente, atribuiu-se à natureza das normas constitucionais sobre direitos sociais o *status* de *normas programáticas*, que são normas de baixa efetividade, demarcando-se muito mais planos políticos de ação, que o legislador e o administrador público deverão se comprometer do que verdadeiras obrigações jurídicas concretas”.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso De Direito Constitucional* – Editora Lumen Juris. 3ª Edição – Rio de Janeiro. Ano 2011. (p. 471).

Texto B

“No Brasil, nossos maiores desafios continuam sendo, infelizmente, o acesso e a permanência na Escola. Esse é certamente o grande tema da atualidade. (...)”

ESPINOZA, Fran. *Ensino Remoto Emergencial, Legislação e Direito à Educação No Brasil*. Disponível em: <<https://deusto.academia.edu/FranEspinoza>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Texto C

“Após o desespero de pais e mães de Goiânia que não conseguiram matricular os filhos nos Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) e escolas da capital, a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) inicia, nesta quarta-feira (25), um mutirão para atendimento das demandas pelas vagas. O serviço vai até sexta-feira (27). A ação se mostrou urgente após o aumento da demanda, com uma média de 40 reclamações diárias ao órgão.”

O *Popular*. Disponível em: <<https://opopular.com.br/cidades/defensoria-inicia-mutir-o-para-atender-pais-por-vagas-em-cmeis-e-escolas-de-goiania-1.2601843>>. Acesso em: 06 fev. 2024.

Caso Prático

C. L. é diarista autônoma e mãe de duas filhas, G. L. (12 anos) e A. L. (7 anos), e de um filho mais novo, M. L. (9 meses). Mora em um condomínio popular no bairro Chácara São Pedro, em Aparecida de Goiânia - GO. Recebe, semanalmente, cerca de R\$ 500,00 (quinhentos reais) pelos serviços que presta. Comparece à Defensoria Pública do Estado de Goiás para pedir o auxílio da instituição para matricular o seu filho mais novo em um Centro de Educação Municipal Infantil (CMEI) próximo de sua residência.

Conforme narra, desde o nascimento de M. L., não tem conseguido mais trabalhar com regularidade. Sua família é originária de Araguaína - TO, de modo que não possui rede de apoio no local em que reside. C. L. tem algumas amigas no condomínio, com quem deixa M. L. quando sai para fazer suas faxinas, mas que nem sempre estão disponíveis, pois também trabalham. Em algumas ocasiões, conta apenas com sua filha mais velha, G. L., que precisa faltar à escola para cuidar do irmão.

Trouxe como documentos: (i) RG e CPF; (ii) certidão de nascimento; (iii) comprovante de endereço; (iv) extrato da conta bancária; (v) carteira de vacinação; e (vi) protocolo negativo de inscrição, com inserção em lista de espera, retirado do site da Prefeitura de Aparecida de Goiânia.

Questão 01

Discurse como seria a sua atuação no caso em defesa dos interesses dos(as) assistidos(as). Considere a importância de que o(a) assistido(a) tenha o atendimento integral de suas demandas e vulnerabilidades pela instituição. Inclusive, com o acionamento de outros órgãos e entidades, na via extrajudicial e judicial, se necessário.

Discorra necessariamente sobre: (i) o conceito e o fundamento dos direitos sociais, com suas diferenças, semelhanças e importância em relação aos direitos individuais; e (ii) o desafio da efetivação dos direitos sociais.

Após a exposição, correlacione os fundamentos teóricos tratados com o caso prático, apresentando a condução que deveria ser dada para a adequada defesa dos interesses dos(as) assistidos(as), com suas possibilidades.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30